

Senado e querer bem



» JOSÉ SARNEY
*Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras*

Eu, ultimamente, tenho sofrido muito quando ouço ou leio notícias sobre a atual situação do Senado, Casa onde passei grande parte da minha vida: 40 anos. Sou o político que mais tempo, durante a República, exerceu mandatos eletivos e, se incluirmos o Senado do Império, que era vitalício, fico empatado, como senador, com o Visconde de Suassuna, Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, senador no Império por 40 anos, de 1840 a 1880. Muito tempo ali também passou o Marquês de Muritiba, da Bahia, 38 anos.

Por 61 anos, exerci mandatos eletivos: presidente da República por cinco anos; senador por 40 anos, tendo sido, por oito anos, presidente da Casa; deputado federal, 12 anos, desde 1955; governador do Maranhão, quatro anos e seis meses. O Marquês de Abrantes, no Senado do Império, sabendo que os senadores só perdiam o cargo pela morte, certa vez, numa longa discussão no plenário, disse uma frase que eu gostava de repetir: “Nada de brigas, lembremos que temos que viver juntos a vida inteira”.

Mesmo assim, o Duque de Caxias, quando ferido em sua honra por uma ironia de Zacarias de Góis, que o acusava de ter trazido do Paraguai um cavalo e uma égua, desrespeitando o regulamento, que permitia somente uma montaria, desembainhou a sua espada. Esse fato até hoje é citado como perda de paciência por aquele que é o pacificador, patrono do Exército nacional.

Na presidência dessa Casa Legislativa, sempre pautei minha gestão com os olhos no futuro e, como dizia o Padre Vieira, no “futuro do passado”. Ao assumir meu primeiro mandato naquela Casa, em 1971, juntei-me ao grupo que

fundara o Instituto de Pesquisas da Realidade Brasileira e, tendo sido escolhido o presidente de sua Comissão Executiva, transformei-o em Instituto de Pesquisas e Assessoria do Congresso (Ipeac), que deu grande contribuição aos trabalhos técnicos legislativos — podendo, como fez, requisitar os principais pensadores brasileiros dos temas relevantes do nosso país em auxílio ao exercício do mandato dos senadores.

Para que se tenham um exemplo do nosso trabalho no Ipeac, basta dizer que, nos dois primeiros anos, realizamos 2.914 trabalhos especializados e, em 1973, já chegamos a 7.669 contribuições ao Legislativo. Havia um grande esforço para implantarmos uma abordagem que extrapolasse a contribuição individual ao parlamentar, elevando-a para um nível de apoio técnico aos subsídios da instituição e, ao mesmo tempo, fizemos do nosso Senado um fórum de debates no Ipeac.

Dessa ideia, nasceu a criação do quadro de consultores do Senado Federal, que até hoje é uma referência no serviço público do país, ocupado por grandes inteligências e capacidades, sendo seu concurso um dos mais exigentes de toda a administração pública brasileira.

O que me impulsionou na direção do Ipeac foi a necessidade de darmos aos trabalhos do Senado, principalmente aos do plenário, o domínio de temas e discursos exemplares, cujos subsídios eram garimpados nas maiores capacidades científicas do Brasil.

Assim, embora o Golbery tivesse dito aquela frase irônica de que “quem quisesse guardar um segredo o colocasse nos Anais do Congresso Nacional”, digo que quem analisar os Anais do Senado daquele tempo encontrará os trabalhos mais competentes de nossa história republicana, debates relevantes dos temas sujeitos ao plenário do Senado, necessários para fazer face à situação de declínio político que, naquela época, vivia o Congresso, sujeito a uma vigilância dos militares que governavam o país.

Com a minha visão de modernidade, em companhia de Ney Braga e Carvalho Pinto, em uma comissão sobre a necessidade de informatização da Casa, quando esse assunto ainda engatinhava

no mundo, sugerimos ao então presidente da Casa, Petrônio Portella — que aceitou nossa ideia —, a criação da Secretaria de Informação.

Lembro-me de que o ministro Mário Henrique Simonsen me disse que, quando fora convidado para ministro da Fazenda pelo presidente Geisel, este iniciou e deu curso à sua conversa, quase uma inquisição, tendo à mão várias conferências do Ipeac por nós publicadas, debatendo soluções sobre a economia nacional.

Quando era presidente da República, procurei o ministro Néri da Silveira, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, para deflagrarmos o processo de informatização da Justiça Eleitoral, a começar pelo título eleitoral, que ainda utilizava o modelo velho, reminiscência da primeira República. Esse passo foi o primeiro na busca do sistema da urna eletrônica, exemplo mundial.

Para mim, o Senado Federal foi, juntamente com o Conselho de Estado — como é considerado por vários de nossos historiadores —, um dos responsáveis pela integridade nacional e pela formação do país. Essa Casa Legislativa foi um celeiro de grandes homens públicos, exemplares no civismo e na construção de instituições que remontam à formação da nacionalidade.

Lembro ainda, ao término destas linhas, que, no Senado, criamos, na área de informática, o Siga Brasil, a Ouvidoria, a Página de Consolidação Temática, o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria e, para transparência, a TV Senado, o Jornal do Senado, a Agência Senado, o Alô Senado, o Data Senado, o Programa de Visitação, o Portal de Notícias, conjunto que atende a milhões de brasileiros.

Modernizamos o Senado, que possui o melhor quadro de funcionários do Brasil. Tenho orgulho dessas grandes realizações das minhas presidências, ponto de referência de modernização e informatização dessa parte do Poder Legislativo.

Por isso, fico constrangido com as notícias cotidianas sobre aquela tradicional Casa, mas cheio de esperança e sonho de que o velho Senado ultrapasse essas críticas e volte a ser o que sempre foi: um suporte para o desenvolvimento do nosso país.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A economia é o que se vê a olho nu

De acordo com o Cadastro Único (CadÚnico) e o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com População em Situação de Rua (OBPopRua/UFGM), em junho deste ano, 392.400 pessoas viviam em situação de rua em todo o país. Esse número é quase o dobro de dezembro de 2022, quando o registro era de 198.700. Ou seja, houve um aumento de 97,4%. Na verdade, não é preciso consultar organismos oficiais para verificar esse aumento em todas as cidades brasileiras. Não há uma praça sequer ou área verde que não esteja tomada por famílias inteiras vivendo ao relento, em marquises, pontes ou em debaixo de lonas de plástico.

Na realidade, esses números são significativamente maiores do que os divulgados, e há quem diga que existem hoje mais de meio milhão de pessoas em situação de rua no país, sem quaisquer direitos ou obrigações civis. Não há como esconder essa imensa população desamparada dos olhos da população, e poucas estatísticas conseguem retratar com tanta força o estado real de um país quanto o número de pessoas nessas condições.

Mesmo que o Produto Interno Bruto (PIB) possa crescer, a arrecadação aumentar, bolsas de valores atingir recordes e governos anunciar sucessivos programas sociais, independentemente das discussões metodológicas sobre os levantamentos, há um fato que dispensa qualquer planilha estatística: praças antes ocupadas por crianças brincando transformaram-se em acampamentos improvisados; viadutos converteram-se em dormitórios permanentes; canteiros centrais passaram a servir de residência; áreas verdes, parques urbanos e terrenos públicos foram ocupados por barracas, colchões e lonas plásticas.

A pobreza deixou de ser um dado estatístico. Passou a fazer parte da paisagem urbana. As grandes capitais concentram a maior parte dessa população, mas o fenômeno alcança cidades médias e até pequenos municípios. O que antes parecia restrito aos grandes centros tornou-se uma realidade nacional.

É verdade que períodos prolongados de baixo crescimento econômico costumam ampliar a vulnerabilidade social. Economias que geram poucos empregos formais oferecem menos oportunidades para famílias que já vivem em situação de fragilidade. O debate público, entretanto, frequentemente transforma uma questão humana em disputa política.

A realidade tem uma característica inconveniente. Ela não desaparece porque alguém decide ignorá-la. Esse crescimento de desamparados também impõe novos desafios às cidades. Serviços de saúde enfrentam maior demanda. Redes de assistência social tornam-se insuficientes. A segurança pública convive com situações cada vez mais complexas. Comerciantes, moradores e usuários dos espaços urbanos passam a disputar áreas que deveriam cumprir funções coletivas. A consequência é uma deterioração gradual da convivência urbana. Ao mesmo tempo, cresce o risco de naturalização do problema. Uma sociedade acostuma-se lentamente com aquilo que deveria considerá-lo intolerável. Esse, talvez, seja o aspecto mais preocupante. A pobreza extrema deixa de ser percebida como emergência e transforma-se em cenário permanente.

Nosso país ocupa posição relevante entre as maiores economias do planeta. Tem uma das maiores produções agrícolas do mundo, amplo parque industrial, sistema financeiro sofisticado e enorme capacidade produtiva. Ainda assim, convive com um contingente expressivo de cidadãos privados das condições mais elementares de existência. Essa contradição merece reflexão. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não mede apenas renda. Considera também educação e expectativa de vida. Mais do que isso, procura avaliar o interesse de um governo em oferecer oportunidades concretas para que seus cidadãos desenvolvessem plenamente suas potencialidades. Não basta produzir riqueza. É necessário criar condições para que essa riqueza se traduza em melhoria efetiva da qualidade de vida.

O desafio não será resolvido por um único programa governamental nem por soluções simplistas. Exige que parte da sociedade exija crescimento econômico sustentado, políticas públicas eficientes, atenção à saúde mental, combate às dependências químicas, qualificação profissional, ampliação da oferta habitacional e melhor coordenação entre União, estados e municípios.

Mais do que um problema estatístico, a população em situação de rua tornou-se um dos retratos mais visíveis das dificuldades de gestão do governo brasileiro. O verdadeiro desenvolvimento não se mede apenas pela expansão da economia ou pelo volume de investimentos anunciados. Mede-se também pela capacidade de reduzir a vulnerabilidade humana e de assegurar que a dignidade deixe de ser privilégio de alguns para tornar-se uma condição acessível ao conjunto da população.

Enquanto centenas de milhares de brasileiros continuarem vivendo sem moradia estável, sem escolas que preparem para o futuro, sem acesso regular a políticas de emprego que valorizem a própria força e sem perspectivas concretas de reintegração social, permanecerá aberta uma distância significativa entre o discurso e a prática.

A frase que foi pronunciada:

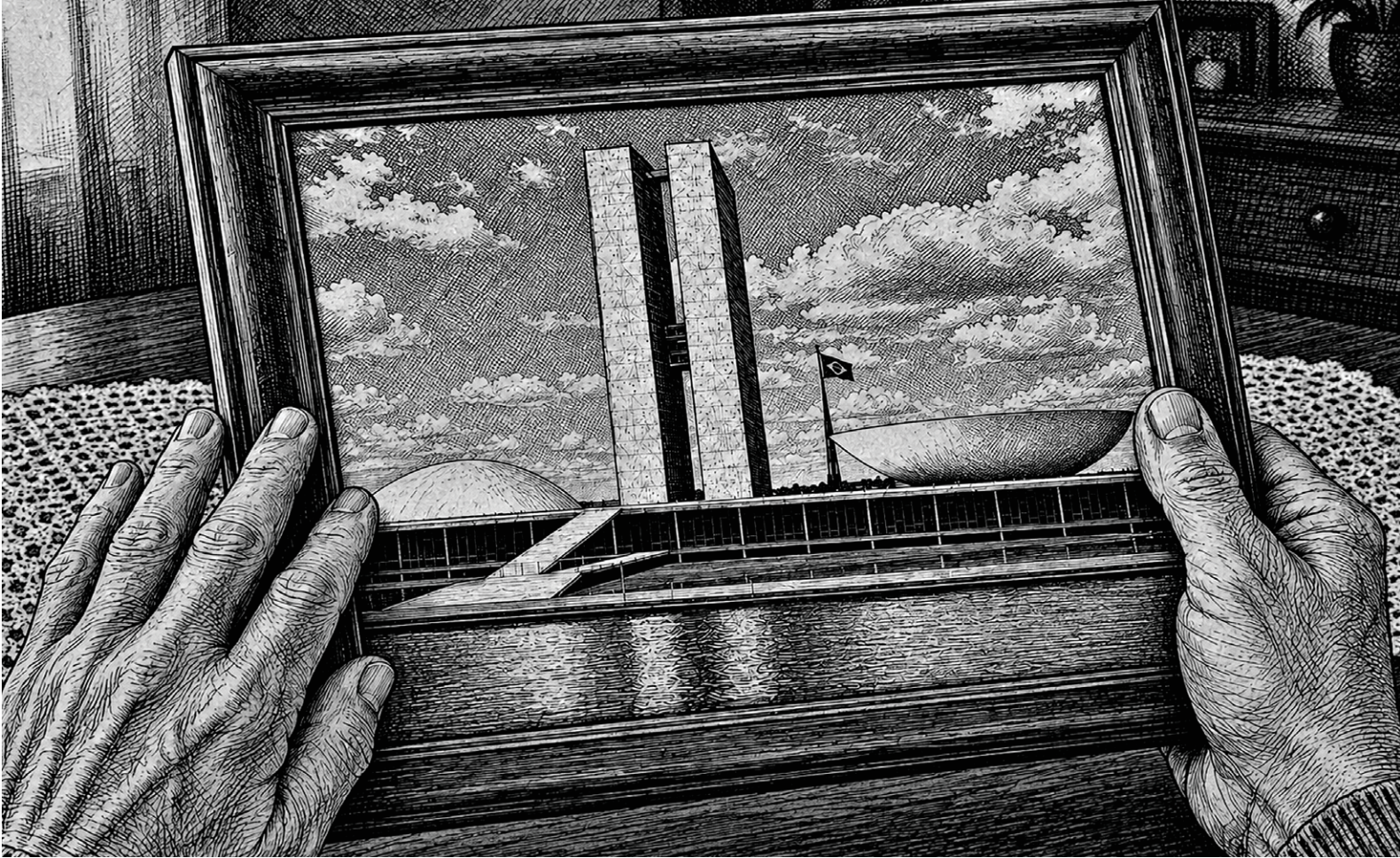
“Há o suficiente no mundo para as necessidades de todos, mas não o suficiente para a ganância de todos.”?

Frank Buchman

História de Brasília

O padre José Bertoldo é o único do mundo que tem 64 igrejas. É que ele é pároco da Asa Norte e celebra nos pilotis dos 64 blocos residenciais daquela Asa. (Publicada em 24/5/1962)

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



A maçaranduba do tempo



» VALDIR OLIVEIRA
*Ex-secretário de
Desenvolvimento Econômico
do Distrito Federal*

Todo poder que se imagina eterno começa a cair no dia em que acredita que o tempo deixou de julgá-lo. O ex-governador de Pernambuco Joaquim Francisco costumava explicar essa realidade com uma expressão simples e profundamente simbólica: “a maçaranduba do tempo”. A maçaranduba é uma madeira extremamente dura e resistente. Na metáfora política, simboliza a força silenciosa do tempo — aquela que, mais cedo ou mais tarde, desgasta as ilusões do poder, revela contradições e coloca cada acontecimento em seu devido lugar.

No fundo, a política sempre acaba se rendendo à mesma verdade: o tempo é o grande revelador da história. Nada resiste indefinidamente à maçaranduba do tempo. Nem projetos de poder, nem narrativas sustentadas pela força, nem arrogâncias travestidas de autoridade.

Mas há algo que também precisa ser dito: nem a verdade se rende ao tempo quando encontra quem resista a ela. Nos últimos anos, assistimos a um estilo de governar marcado pelo personalismo e pela concentração de poder. Em determinados momentos, a vida pública pareceu se afastar das regras institucionais para se aproximar da lógica de um engenho colonial, como se estivéssemos diante de um senhor de engenho, cercado de capatazes, feitores e capitães do mato.

Nesse ambiente, divergir deixou de ser apenas discordar. Muitas vezes, significava enfrentar consequências. Posições firmes passaram a ser tratadas como afronta. A defesa de princípios transformou-se em inconveniência. A liberdade de expressão passou a sofrer tentativas de contenção. Artigos foram questionados antes mesmo de serem publicados. Houve quem pretendesse estabelecer filtros prévios para aquilo que poderia ou não ser escrito. Em determinado momento, chegou-se a exigir leitura prévia de textos antes da publicação — prática incompatível com qualquer ambiente verdadeiramente democrático.

Houve prejuízos. Houve constrangimentos. Houve tentativas de isolamento. Mas não houve rendição. Porque, como a própria maçaranduba, há quem resista. Sem ceder. Sem se submeter. Permanecendo firme mesmo diante das intempéries do poder.

Era a velha lógica do engenho: o senhor mandava, os feitores executavam, os capatazes vigiavam e os capitães do mato perseguiam. Durante algum tempo, parecia funcionar. Até que começou a agir a única autoridade que nenhum senhor de engenho jamais conseguiu controlar: a maçaranduba do tempo.

Ela não derruba o poder pelo grito. Corrige-o pela verdade dos fatos. Quando começa a agir, reorganiza silenciosamente a história. O que parecia força revela fragilidade. O que parecia controle expõe limites. O que parecia definitivo mostra-se passageiro. E aquilo que parecia silenciado volta a encontrar voz.

Nos últimos tempos, sucessivos episódios tornados públicos, inclusive por investigações policiais, nas áreas da saúde, da educação e da segurança pública e, em especial, a derrocada de um banco estatal passaram a levantar questionamentos sobre governança e responsabilidade

administrativa.

Talvez o aspecto mais curioso tenha sido outro. Diante de cada episódio, repetia-se praticamente a mesma narrativa: ninguém sabia de nada. Quanto maior parecia ser a concentração de poder, menor parecia ser o conhecimento sobre aquilo que acontecia dentro da própria estrutura administrativa.

A história costuma ser implacável com esse tipo de narrativa. Na música *O tempo não para*, de Cazuza, o tempo aparece como um juiz silencioso. Ele não debate. Não se explica. Apenas segue. E, ao seguir, revela. Na vida pública, acontece exatamente o mesmo. A sabedoria bíblica já ensinava isso há milênios: “Tudo tem o seu tempo determinado”. Há tempo de plantar e tempo de colher. Há tempo de falar e tempo de silenciar. Há tempo de resistir e tempo de ser reconhecido.

A maçaranduba do tempo lembra exatamente isso: nem o poder é eterno, nem a resistência é inútil. Ela enfrenta o vento. Suporta a chuva. Resiste às tempestades. Quanto mais o tempo passa, mais profundas se tornam suas raízes.

A maçaranduba do tempo não se apressa. Mas, quando chega, confirma aquilo que o poder tentou ignorar desde o início: nenhum poder que se imagina eterno resiste ao seu julgamento. Ela revela quem acreditou ser senhor de engenho e quem, como a própria maçaranduba, suportou as intempéries, as perseguições e as adversidades sem perder as raízes, sem ceder, sem se submeter e permanecendo de pé na defesa daquilo que é público, republicano e verdadeiro.

Porque o senhor de engenho passa. Os capatazes passam. Os feitores passam. Os capitães do mato passam. Mas a maçaranduba? Essa permanece.